

A GUERRILHA AMORDAÇADA: A ALN NA IMPRENSA (1969-1974)

Ana Paula de Souza Libardi

RESUMO

Neste artigo tratamos do Regime Militar que foi instaurado por meio de um golpe em 1º de abril de 1964. Marcado pelo autoritarismo, pela supressão dos direitos constitucionais, pela perseguição política, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação. Sendo assim, analisamos uma das principais forças de oposição, conhecida nessa época, como dissidências armadas. Tendo como foco principal à dissidência liderada por Carlos Marighella a ALN (Ação Libertadora Nacional). O objeto deste estudo é a grande imprensa no período, no que se refere a sua cobertura jornalística dos acontecimentos, aqui representada pelo jornal O Globo, Jornal do Brasil e a revista Veja, portanto, nossas fontes de pesquisa.

Palavras-chave: Guerrilha – ALN – Imprensa.

ABSTRACT

This text dealt with the restored Military Regimen by means of a blow in 1964 April, first and that it was marked by authoritarianism, suppression of the constitutional laws, persecution politics, arrest and torture of the opponents and for the previous censorship to the medias. The main forces of opposition had been analyzed or Seted Disagreements, having as main focus the disagreement led for Carlos Marighella, ALN (National Liberator Action). The object of this study is the great press of the period, in that if it relates to its journalistic covering of the events, here represented by periodicals O Globo, Jornal do Brasil and the Revista Veja, therefore our sources of research.

Word-key: Guerrilla – ALN - the Press.

O GOLPE

[...] em 64 a Nação recebeu um tiro no peito. Um tiro que matou a alma nacional. [...] Os personagens que pareciam fazer parte da história natural brasileira, ou da História do Brasil como nós imaginávamos, esses personagens de repente sumiram. Ou fora do poder, ou presos, ou mortos. E em seu lugar surgiram outros que eu nunca sequer percebera existir. Atores bárbaros que eu nunca tinha visto. Idiotas que nem mereciam ser notados. De repente, eles eram mais do que donos do poder eram donos da realidade! Aí me veio à percepção clara de que o Brasil tinha mudado para sempre. [...] Havia sido cometido um assassinato político. Ali

morreu um país, morreu uma liderança popular, morreu um processo. Uma derrota política de um período histórico da qual você jamais vai se recuperar nos mesmos termos. [...] Não se matam somente as pessoas, também se matam os países, os processos históricos. (SOUZA, Hebert José de, o “Betinho”, apud Barros, 1991:13)

Em 1º de Abril de 1964, João Goulart foi obrigado a deixar a Presidência da República. À noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência – contra a constituição, pois Jango continuava no Brasil – e deu posse ao presidente da Câmara, Ranieri Mazzili. Jango estava deposto.

Organizou-se o autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, composto por três membros: o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica), o vice-almirante Augusto Rademaker (Marinha) e o general Artur da Costa e Silva, representante do Exército e homem-forte do triunvirato. Essa junta permaneceria no poder por duas semanas.

Nos primeiros dias após o golpe, uma violenta repressão atingiu os setores politicamente mais mobilizados à esquerda no aspecto político, como por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). Milhares de pessoas foram presas de modo irregular, e a ocorrência de casos de tortura foi comum.

Em outubro de 1969, após os governos de Castelo Branco (1964-1967) e Costa e Silva (1967-1969), duzentos e quarenta oficiais-generais indicaram para presidente o general Emílio Garrastazu Médici, ex-chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), um dos órgãos de espionagem interna do governo. Sua nomeação já era dada como certa o que poderíamos chamar de “marcação” (quando o sujeito está marcado para entrar neste seletivo grupo político), expressão utilizada por Bourdieu (2002: 179). Tal palavra, não poderia ser mais evidente na escolha do terceiro presidente militar.

O GOVERNO MÉDICI (1969-1974)

O general começou seu governo em circunstâncias muito diferentes daquelas dos seus dois antecessores. Chegou ao governo em momento, pode-se dizer mais sombrio. Dez meses antes uma onda de repressão avassalara o país, já que o ano de 1968 fora de turbulências e de grandes protestos por parte dos estudantes e sindicatos. Em contrapartida, o governo

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

militar revidou com ameaças, prisões arbitrárias e muita violência. E agora o consenso militar exigia que a repressão continuasse. (Skidmore, 1988: 214). A linha dura tinha as rédeas nas mãos.

Em seu governo não houve marchas estudantis, piquetes de trabalhadores em greve, nem comícios, ou pelo menos, nada que o grande público pudesse ver ou saber. A repressão e a censura do governo eram a razão principal. Os estudantes, por exemplo, uns dos principais focos de oposição em 1968, foram silenciados pela violenta intervenção nas universidades, que resultou em expulsões, prisões e torturas para muitos.

A ofensiva de relações públicas do Planalto era montada e executada na Assessoria Especial de Relações Públicas, (AERP), fundada em 1968 com o objetivo de criar um único centro de propaganda do governo. Mas a AERP, que não conseguira decolar no governo Costa e Silva, transformou-se na operação de relações públicas mais profissional que o Brasil já tivera. Uma equipe de jornalistas, psicólogos e sociólogos decidiam sobre os temas e o enfoque geral, depois contratava agências de propaganda para produzir documentários para TV e cinema, juntamente com matérias para os jornais. Certas frases de efeito davam bem a medida da filosofia que embasava a AERP: “Você constrói o Brasil!”; “Brasil: Ame-o ou Deixe-o”. Oitenta por cento das propagandas exaltavam a importância do trabalho, o valor da educação e o papel construtivo das forças armadas. (Barros, 1991: 55) Aí está a ideologia do governo militar, em que o “mascaramento” da realidade se fez evidente.

Segundo Carlos Fico (1997: 127), a grande preocupação da AERP era a de transparecer um clima de paz, de concórdia. Isso porque para os militares, a dissensão, a discórdia, o debate público eram sintomas de fragilidade, de tensão. Eleições, especialmente, sempre foram entendidas por eles como momentos de ânimos acirrados, que interrompiam o “fluxo natural” de nossa tradição de consenso, congraçamento e solidariedade.

Havia ainda o problema da censura. Censores da Polícia Federal estavam presentes nas redações de jornais e revistas, nas emissoras de rádio e TV. O noticiário e as novelas de TV foram maquiados com imagens pasteurizadas de “paz, prosperidade e tranquilidade social”. (Habert, 1992: 29). Mas, não fora sempre assim.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

Maria Aparecida de Aquino (2002: 519) explica, recorrendo ao depoimento do jornalista Hélio Fernandes que viveu intensamente esta época, que nos primeiros tempos (outubro de 1968 a aproximadamente maio de 1969) a censura ficou diretamente a cargo das Forças Armadas. Só depois dessa época, a censura se institucionalizou e passou para a alçada do Ministério da Justiça e para a atuação da Polícia Federal.

Sobre a atuação dos censores, o autor Mauricio Maia (In: Aquino, 2002: 490) nos revela um importante depoimento, de Coriolano Fagundes ex-censor federal:

Era um trabalho mecânico. Você tinha que ter uma vista muito boa e memória, ou então levava uma listinha com palavras que não podiam ser faladas. Por exemplo, meningite não podia em qualquer contexto. “O governo recebeu oitenta toneladas de medicamento e vai eliminar a meningite”. Pronto, está fora. Não importa o contexto, a palavra não pode sair. Era esse o critério. Nos davam uma lista de palavras. E nomes. Dom Helder Câmara, por exemplo. Então você tinha que ler a prova pela madrugada adentro, decorando aquelas palavras, decorando aqueles nomes. (Fagundes apud Maia, In: Aquino, 2002: 490).

Nesse clima de despolitização, que atingiu seu apogeu na Copa do Mundo de 1970, e se prolongou até a de 1974, os presos políticos cumpriam suas penas ignorados pela maioria da população; remanescentes de grupos clandestinos de luta armada, isolados da sociedade, eram sistematicamente liquidados. (Kucinski, 1991:44). A criação artística e intelectual, vista como ameaça ao regime, não ficou de fora da implacável perseguição dos militares. Dezenas de peças de teatro, filmes, músicas, livros, foram proibidos, mutilados integralmente ou parcialmente.

A viabilização do projeto ditatorial implicou na montagem, desde os primeiros dias do golpe de 1964, de uma complexa e ampla máquina de repressão política. Esta máquina, eufemisticamente denominada “comunidade de informações”, era encabeçada e centralizada pelo SNI (Serviço Nacional de Informação). Envolvia, portanto, diversos organismos militares e policiais como os centros de informação das Forças Armadas, o CISA (Centro de Informações da Aeronáutica), o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), o CIEX (Centro de Informações do Exército), a Polícia Federal e as polícias civis e militares estaduais.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

O aparato repressivo do Estado de Segurança Nacional consistiu-se de três elementos distintos mais integrados: a vasta rede de informações política; órgãos e organizações diretamente responsáveis pelas ações repressivas a nível local; e os aparatos das Forças Armadas usados no controle político interno. (Alves, 1985:172).

Criado pelo general Golbery de Couto e Silva e regulamentado por decreto-lei de 13 de junho de 1964, o SNI estava ligado diretamente à Presidência, sendo que toda informação produzida por ele seria consultada exclusivamente pelo Poder Executivo. Para garantir seu eficiente funcionamento, criaram-se órgãos ligados a ele, espalhados por todo o país, que podiam ser vinculados diretamente aos Ministérios (DSIs – Divisão de Segurança e Informações) ou vinculados aos órgãos públicos em seus vários níveis do Poder Executivo (as ASIs – Assessoria de Segurança e Informações). (Longhi, In: Aquino, 2002: 173).

A primeira organização de repressão violenta direta foi a Operações Bandeirantes (OBAN). Financiada por industriais brasileiros e multinacionais, a OBAN operou, em 1969, vinculada ao Segundo Exército, baseado em São Paulo e desenvolvia a dialética da violência. (Skidmore, 1988: 256).

O primeiro CODI foi montado em São Paulo em 1970, sob as ordens do Exército regional, e em um nível abaixo ficava o DOI, a unidade operacional em nível local. Tratava-se de uma força de ataque de militares e policiais, todos em trajes civis. Os CODIs eram responsáveis pelo planejamento, pela organização e pela execução das ações de defesa interna, tendo os DOIs como seu destacamento de ação, já que esses tinham de ser acoplados a uma outra unidade fixa para dar-lhes apoio logístico. Como percebido, a função do DOI era ser uma unidade mutável e ágil, que estivesse preparada para enfrentar o inimigo; isto ocorria porque os militares entendiam que a guerrilha apresentava constantemente novas formas de atuação, e o regime deveria conseguir ser tão ágil quanto essas mudanças. (Longhi, In: Aquino, 2002: 78).

O Departamento de Polícia Federal (DPF) coordenava a repressão física em épocas de mobilização nacional pela segurança interna, e dedicava-se especialmente à censura e controle da informação. Toda a burocracia da censura estava ligada a DPF. (Alves, 1985: 85). Havia ainda o DEOPS ou DOPS (Departamento Estadual de Ordem Pública e Social).

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

Neste departamento detetives da polícia interrogavam suspeitos de “subversão”, e suspeitos de interromperem a “ordem e o progresso” disseminados no governo Médici.

Mais do que uma república repressiva criou-se um Estado policial. (Chiavenato, 1994: 94). Os suspeitos de não concordarem com o regime estabelecido, passavam por interrogatórios, torturas e perda de emprego. Disseminava-se, assim, na população o medo, anulava-se o cidadão, gerando, por conseqüência o pânico.

Mas quem eram as dezenas de pessoas que se engajaram em movimentos de combate ao regime militar? Conheceremos melhor estes homens e mulheres, que inspirados fortemente no êxito das experiências de luta armada na América Latina (Cuba), sentiam-se contagiados por slogans cubanos “para fazer a revolução não precisa pedir licença a ninguém”. Além disso, os partidos tradicionais de esquerda, com suas reuniões intermináveis e estrutura fortemente hierarquizada, não mais cativavam aqueles moços que queriam mudar o país.

A AÇÃO GUERRILHEIRA: ALN

Para Alves (1985:141) o movimento estudantil bem que tentara enfrentar o governo militar, mas, após a prisão de oitocentos de seus líderes num congresso clandestino em Ibiúna, São Paulo, no final de 1968, o movimento enfraqueceu-se. Os sindicatos sofreram novas intervenções e severa repressão. De maneira geral, portanto, os setores de oposição que preconizavam a reforma mediante resistência não violenta foram grandemente prejudicados, entrando num período de desorganização e falta de perspectivas. O governo militar impunha, por meio da força, o fracasso de todos os opositores ao regime estabelecido, seja com ameaças, prisões, ou intervenções nos órgãos contrários a política estabelecida. Era a repressão agindo.

No que se refere ao PCB, surpreendido pelo golpe militar de 1964, seus militantes foram duramente perseguidos. O partido praticamente desmantelou-se diante da repressão. Suas lideranças sindicais sentiram a força truculenta dos militares. A ditadura, contudo, colaborou de outras formas para aniquilar os comunistas. As estratégias de resistência provocaram a dissensão entre companheiros, provocando a corrosão nos quadros do

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

partido. A luta interna resultou na divisão e no surgimento de inúmeros grupos dissidentes. (Projeto Brasil: nunca mais, 1985: 89).

Daniel Aarão (1990:46-47) advoga a tese de que a rápida vitória do golpe militar apanhou desprevenidas as organizações comunistas. A surpresa da derrota para o autor foi uma experiência dolorosa e desagregadora. Os comunistas ignoraram a imposição e começaram a se desagregar. No PCB a derrota precipitaria insatisfações latentes. Em meio à perplexidade e à desorientação, amadureceu um processo crítico. O descontentamento tornou-se oposição. Começou a nascer a corrente revolucionária.

Alguns desses grupos dissidentes, sob a influência principalmente da Revolução Cubana de 1959, decidiram pela luta armada, tal como a ALN (Ação Libertadora Nacional) e a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). Dessa forma, a partir da própria documentação judicial punitiva empreendida pelo governo militar, é possível descrever a história de várias facções encabeçadas por militantes da esquerda que não concordaram com o sistema repressivo instalado com o golpe de 1964.

Sobre esses grupos clandestinos é preciso começar dizendo que, em sua grande maioria adotavam uma orientação marxista. Quase todos resultavam de divisões, ou subdivisões ocorridas a partir de um mesmo tronco, o PCB, organização política que até o final da década de 1950 reunia praticamente todos os marxistas brasileiros. (Projeto Brasil: nunca mais, 1985: 89).

Mas a que atribuir essa fragmentação? Segundo Daniel Aarão Reis (1990:51-52) essa fragmentação exprimia, em certa medida, a desmoralização, a desorganização e a dispersão que dominavam o movimento popular, contrastando com o processo de centralização e unificação pelo qual passava o poder de Estado. O autor ressalta, porém, que os aspectos políticos foram decisivos na divisão da esquerda. Em primeiro lugar, o impacto da derrota que instaurou o desencanto com a discussão e a organização política, privilegiando-se a prática, ou seja, atos e ações com efeitos imediatos. Um segundo aspecto refere-se à exaltação, pelos partidos, individualmente, de suas próprias qualidades. Todos se imaginavam depositários da missão histórica de tornar-se a vanguarda da classe operária ou das massas populares. Também houve o que o autor denominou de choque de gerações. Os

velhos militantes haviam perdido seu carisma e os novos ainda estavam longe de adquirir o prestígio que os primeiros detinham antes de 1964. E ainda havia a influência das experiências revolucionárias cubana e chinesa, cujo exemplo legitimava a demolição do modelo de partido.

Carlos Eugênio Paz, (1996: 57) um ex-militante da ALN descreveu em sua obra memorialística a sua inserção na luta armada:

[...] Os que eram contra a luta armada não conseguiam nos dizer claramente suas dúvidas em nossos métodos, até mesmo porque não escutávamos suas palavras mais que cinco minutos, não tínhamos tempo a perder, havia uma revolução a ser feita, um país a mudar, um céu a tomar de assalto. Éramos jovens Quixotes inflamados pelos anos sessenta e pela sede de liberdade, pura e enganosa causa.

Cisão do PCB, surgida em 1967, a ALN tem sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella, o *Menezes*, antigo dirigente do partido. No final de 1966, Marighella se desligou da Comissão Executiva do PCB e viajou, em 1967, para Havana, onde participou da assembléia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), que tentou articular um plano de ação revolucionária continental.

A partir de 1967, Cuba elegeu Carlos Marighella como o principal nome da revolução no Brasil e a organização que criara, a ALN, a mais bem preparada para desencadeá-la. O apoio de Cuba nesta fase era principalmente o treinamento oferecido a guerrilheiros brasileiros. No entanto, Denise Rollemberg (2001: 47) acredita que as relações entre Cuba, Marighella e sua organização não eram sem tensões e conflitos. Se o apoio era bem recebido, não significava para Marighella o meio pelo qual o governo cubano iria intervir nos rumos da revolução brasileira.

Marcelo Ridenti (1993:31) nos esclarece que, no tocante a ALN, o próprio nome revela sua posição sobre o caráter da revolução brasileira: Ação Libertadora Nacional (ação autônoma de grupos revolucionários para a libertação da nação). Entretanto, a análise feita pela ALN não era idêntica à do PCB, que propunha, embora não explicitamente, a condução do processo revolucionário pela burguesia nacional. Como escrevia Marighella em 1965, quando ainda era da direção do PCB, numa autocrítica da atuação do Partido até o golpe civil-militar:

A grande falha deste caminho era a crença na capacidade de direção da burguesia, a dependência da liderança proletária à política efetuada pelo governo de então. A liderança da burguesia nacional é sempre débil e vacilante. Ela é destinada a entrar em colapso e a capitular sempre que do confronto com os inimigos da nação surja à possibilidade da passagem do poder ao controle direto ou imediato das massas. (Marighella Apud Ridenti 1993:51).

De acordo com Daniel Aarão e Jair Ferreira (1985: 214), outra característica das propostas da ALN que vai de encontro das idéias de Che Guevara e, particularmente, de Régis Debray, é a de que a guerrilha se tornou o único caminho, a única estratégia a ser aplicada nas condições políticas e sociais da América Latina. Para Marighella, seria através da guerrilha que se criaria o “exército revolucionário de libertação nacional, o único capaz de aniquilar as forças militares dos gorilas”.

Na análise de Marcelo Ridenti (1993: 40), os grupos guerrilheiros em geral organizavam-se, com algumas variantes, em setores de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural, e de logística, responsável este último, pelas principais ações armadas. Cada setor tinha seu representante na direção regional, que muitas vezes se confundia com a própria direção nacional. Os setores da organização, em teoria, não deveriam conhecer-se uns aos outros, por questão de segurança ante a ferocidade dos órgãos de repressão. Os contatos entre as partes de cada organização eram feitos através de “pontos” de encontros previamente marcados em locais variados. A falta de algum militante a um ponto significaria que ele fora preso.

Paulo de Tarso Venceslau, ex-guerrilheiro da ALN, fornece mais elementos sobre a estrutura organizacional da ALN, especialmente em São Paulo entre 1968 e 1969:

A ALN tinha o GTE, Grupo de Trabalho Estratégico, ligado ao campo, planejamento e implementação da guerrilha rural; depois, o GTA, Grupo Tático Armado, responsável pelas ações armadas, além do GA, Grupo de Ação, que basicamente deveria fazer atividades de massa; era o grupo que articulava com o movimento estudantil, com o movimento operário. Sua tarefa era exatamente dar o exemplo, mostrar no trabalho de massa como é possível fazer as coisas pela ação concreta: tomar arma de soldado na rua, movimento de virar viatura. Havia também os GIs, Grupos Independentes, setores mais ou menos articulados como simpatizantes da organização, não como células de militantes.[...] A ALN contava ainda com uma vasta área de apoio junto a artistas, intelectuais, etc. – apoio inicialmente conquistado através da atuação no movimento estudantil paulista. [...] Acima dos três setores, GA, GTE e GTA, havia conjunto Regional e, depois, o Nacional. (Venceslau apud Ridenti, 1993: 41).

Marighella acreditou na guerrilha rural, elevada à condição primordial de tarefa estratégica, para derrubar os “gorilas”, termo por ele mesmo usado ao se referir aos militares. Porém, introduziu uma modificação na teoria cubana em voga. Ele declarou-se, em grande parte, contrário aos focos e, inspirado na experiência histórica brasileira (das lutas contra os holandeses ao cangaço de Lampião), apresentou a tarefa das colunas guerrilheiras móveis, que se deslocariam contando com pontos de apoio de antemão assentados. Mas, parte da teoria do foco se manteve, na medida em que a guerrilha começava do zero, dissociada de qualquer movimento de massas. (Gorender, 1987:98).

Nas militâncias de esquerda, é preciso também averiguar que os números referentes à idade dos atingidos causam impactos: 38,9% tinham idade igual ou inferior a vinte e cinco anos, realçando a forte participação dos jovens nas atividades de resistência ao Regime Militar. O grau de instrução dos processados permite concluir, com certa segurança, se invocados os próprios dados governamentais, que o extrato social dos envolvidos na resistência era predominantemente de classe média. O nível de escolaridade que aparecia registrado nos processos produzidos pelas próprias autoridades encarregadas da repressão, que transitaram pela justiça militar brasileira entre abril de 1964 e março de 1979, informava que mais da metade havia atingido a universidade, num contexto social em que pouco mais de 1% da população chegava até ela. (Projeto Brasil: nunca mais, 1985:45).

Mas, a opção pelo confronto armado, com a conseqüente vida em clandestinidade, coloca grande parte da militância numa situação *sui generis*, como bem observou Elizabeth Xavier Ferreira, (1996: 57) dado o anonimato social em face da estrutura oficial, a condição de *outsider* em relação a esse mundo da “ordem” e a questão do desvio, a construção de uma vida paralela dentro dessa realidade, o deslocamento entre diferentes regiões, sem esquecer principalmente da experiência da tortura e da prisão. Viver na clandestinidade, dentro dos “aparelhos” (locais de moradias provisórias que podiam ser pensões ou até apartamentos e casas alugadas para atividades políticas), não era uma das coisas mais fáceis. Eles deveriam fingir levar uma vida normal, em que o medo da prisão e de estar sendo vigiado era uma constante na vida desses revolucionários.

[...] De fato, os dias costumam a passar, o relógio parece tomado por uma preguiça crônica que se arrasta ao ritmo do calendário. Somos obrigados a violentar nossos hábitos e costumes. O corpo deve adaptar-se à mobilidade restrita, controlada,

temerária, enquanto a mente vagueia pelo medo, povoa-se de recordações e multiplica perguntas que não têm respostas imediatas. Sempre achamos que todo lugar é suspeito. Mal conseguimos dialogar. Trocamos as informações necessárias e dominados pelo nervosismo, acreditamos que a viatura policial vislumbrada no horizonte vem exatamente em nossa direção. Não seria um policial do DOPS aquele pipoqueiro da esquina? Esses homens que descarregam bujões de gás exatamente nessa casa ao lado não são militares da Oban? [...]. (Cristho, 1983:53).

A ALN ganhou projeção dentro e fora do país, em setembro de 1969, ao seqüestrar, juntamente com o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o embaixador norte-americano no Brasil Charles Burke Elbrick, por cujo resgate foram libertados alguns prisioneiros políticos e divulgado um manifesto.

A escalada repressiva que se seguiu ao seqüestro termina por atingir o próprio Marighella, morto em novembro de 1969, em São Paulo, numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador, num rumoroso episódio que envolvia versões sobre a vinculação de sacerdotes dominicanos com a ALN.

O sucessor de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, cinquenta e sete anos, jornalista, ex-militante do PCB, é preso em São Paulo, sendo seqüestrado e morto sob torturas, pelo mesmo delegado Fleury, num sítio clandestino da repressão. A versão oficial para mais essa morte era de que Câmara Ferreira havia tido um ataque cardíaco ao tentar resistir aos policiais do DOPS.

O sítio utilizado na morte de Câmara Ferreira e tantos outros era na verdade uma fazendola chamada “Fazenda 31 de Março”, nome especialmente dado para homenagear o dia do golpe militar de 64. Era usada pelo delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, como campo de concentração para esconder prisioneiros cujas informações eram retiradas sob a base de tortura. (Fon, 1981: 40). Era o braço clandestino da repressão atuando na eliminação dos militantes da esquerda.

Entre 1969 e 1971, a ALN foi atingida pela repressão em vários outros Estados, sendo detida várias centenas de seus membros. A ALN tenta um recuo, a partir de 1972, em direção ao “trabalho de massa”, como forma de romper o círculo vicioso das operações armadas para manutenção da estrutura clandestina do grupo. Mas, no primeiro semestre de

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

1974, ocorreu uma derradeira seqüência de prisões e “desaparecimentos” de seus membros, no eixo Rio - São Paulo, que resultou na desestruturação da organização.

Daniel Aarão (1990:108-109) afirma que as organizações comunistas brasileiras cultivariam com dedicação o mito da revolução inevitável. E que a derrota de 1964 não alterou as convicções formadas. ALN e dissidências jamais duvidariam de que uma revolução estava em marcha. Ninguém questionava a vitória final do socialismo e a tendência a favor desta vitória. Exemplos não faltavam: Vietnã e a vitória da revolução cubana.

Fora violência retardada, como bem constatou Jacob Gorender (1987:249). A luta não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder de Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçava os principais movimentos de massa organizados. Logo, para o autor a derrota era inevitável.

Élio Gaspari (2002:353-354) avalia que o dilema de um grupo revolucionário não estava no que aconteceu ao seu adversário, mas o que acontecia a ele mesmo, ou seja, na sua capacidade de sobreviver. Uma organização vencia enquanto existisse e perdia quando se desintegrava. Portanto, o seu objetivo podia ser a derrubada do governo, mas a sua luta cotidiana era pela existência. Assim, seus sucessos eram muito mais um produto dos erros alheios que dos acertos das organizações esquerdistas.

Para Emir Sader (1997:158-159) sem raízes sólidas no movimento de massas, desorganizado pela repressão, utilizando uma concepção que privilegiava o enfrentamento militar, as organizações guerrilheiras aceleraram, com suas ações, uma dinâmica de choques diretos com o aparelho estatal, para a qual não estavam preparadas nem dispunham de meios de vir e estar no transcurso desses enfrentamentos. Em 1973, a ordem prometida pela ditadura imperava.

A partir de agora a esquerda armada será analisada sob uma outra perspectiva. A imprensa do final da década de 1960 e início de 1970, representada aqui pelo O Globo, Jornal do Brasil e pela Veja, é que passará a nos informar sobre os caminhos e ações da ALN.

A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE A ALN

Não há poder sem imprensa nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados. Desde 1440, quando Gutemberg inventou a tipografia e permitiu a impressão em massa, a imprensa vem sendo utilizada como instrumento da luta pelo poder. A invenção da imprensa, de fato, coincide com a criação das nações e do Estado moderno e com o exercício do poder não apenas de forma coercitiva, pelo uso da força, mas por meio de formas mais sutis de coerção e de persuasão. A partir de então, a imprensa esteve sempre ligada à luta política. (Motta, 2002: 13).

Assim, narrar um acontecimento, transformá-lo em notícia e descrevê-lo de forma que o outro possa compreendê-lo não se constituía em tarefa simples. Há uma técnica específica para isso que envolve critérios de noticiabilidade, objetividade e concisão. Existe, ainda, um conjunto de cérebros que tratam a notícia até que ela chegue à sua versão final, o que segue desde a ocorrência do fato, sua descrição pelo repórter, o crivo do chefe de reportagem, do redator e do editor, incumbidos de determinar o produto final colocado à disposição dos leitores.

Ocorre, então, uma filtragem de informações que pode deixar transparecer a linha editorial de um jornal, suas tendências que, por sua vez, podem ser comprovadas através de estratégias sutis de posicionamento da notícia. Além disso, o uso de apelos visuais, ilustrações, gráficos, fotografias, que servem como testemunho da realidade, ajuda a atrair a atenção do leitor para uma determinada matéria. Mas, em se tratando de uma conjuntura repressiva e sob censura, as regras do jogo não são tão simples, e a falta de informação ou até mesmo a fabricação de uma matéria jornalística passa a fazer parte do cotidiano das redações dos jornais e revistas. Além disso, existia ainda a parcialidade das notícias, predominando sistematicamente, apenas, a versão do Estado militar autoritário.

Para Anne-Marie Smith (2000:10), a censura à imprensa no Brasil foi praticada de maneira peculiar. Em especial no período que se estendeu de 1968 a 1978, a censura à imprensa assumiu diversas formas, todas ilegais, disfarçadas e negadas. A modalidade predominante

de censura, à qual a vasta maioria dos veículos de imprensa esteve sujeita diariamente durante muitos anos, consistiu em proibições emitidas secretamente pela Polícia Federal, era a autocensura.

Cada aspecto da censura era rigorosamente controlado. A emissão das ordens obedecia a um padrão rígido. Proibições de notícias sem assinatura eram levadas por oficiais da polícia uniformizados a cada órgão da imprensa. Tais ordens nunca eram deixadas com o destinatário, nem era permitido fotocopiá-las. Ao contrário, seu conteúdo tinha de ser copiado por um representante da publicação, que também tinha de assinar um formulário acusando o recebimento da proibição. A própria linguagem das ordens era extraordinariamente repetitiva e oficiosa, utilizando elaboradas fórmulas legalistas. Nesse sistema corriqueiro que tudo abarcava, não havia enfrentamentos diretos com a autoridade. (Smith, 2000: 10-11).

O documento oficial enviado pela Polícia Federal, descrito a seguir, entrou em vigência no dia 10 de junho de 1969 e continha 17 recomendações à imprensa brasileira:

- 1 Não divulgar nenhuma notícia falsa ou fato verdadeiro, parcialmente ou de maneira deformada;
- 2 Observar a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional;
- 3 Evitar o emprego de expressões tais como “fontes bem informadas” ou “pessoas bem informadas”. Indicar sempre as fontes;
- 4 Com relação à informação política, não publicar notícias, declarações e comentário de pessoas punidas pelos atos institucionais 1,2 e 5;
- 5 Não publicar notícias, comentários, manifestos ou declarações de nenhuma índole sobre entidades estudantis dissolvidas pelo governo ou referentes a atividades políticas extra-curriculares, protestos, manifestações, conflitos com professores ou autoridades;
- 6 Não divulgar notícias, comentários, manifestos ou declarações contra medidas governamentais, como suspensão de direitos, demissão ou aposentadoria de funcionários públicos;
- 7 Não publicar nenhuma notícia que provoque tensões entre as autoridades;
- 8 Não publicar notícias sobre fatos de natureza política cuja veracidade não está comprovada;
- 9 Não publicar críticas tendenciosas aos atos institucionais e complementares e à legislação deles derivada
- 10 Não publicar notícias sobre prisões de natureza política ou censura;
- 11 Não publicar notícias ou comentários que possam provocar conflitos entre as Forças Armadas ou entre estas e os poderes públicos, ou entre estes e a população;
- 12 Não publicar manchetes, notícias ou fotografias de assaltos a bancos ou a estabelecimentos comerciais ou industriais; resumir no máximo às páginas internas a informação relativa a tais fatos;
- 13 Não publicar manchetes ou títulos que a atenção sobre ações criminosas, fotos que despertem a concupiscência, ou que seja obscenas ou deprimentes, inclusive

comentários sobre atividades teatrais, cinematográficas, de clubes noturnos, circos e similares. Fica proibida a descrição minuciosa do modo como se levam a cabo os delitos;

14 Não publicar informações, manifestos, entrevistas relativas à atividade de religiosos e terceiros que possam criar tensões ou choques de natureza religiosa;

15 Não divulgar notícias, comentários, entrevista, declarações que ajudem a comprometer a política econômica do governo;

16 Não publicar notícias sobre movimentos operários, greves ou atos que alterem a ordem pública, inclusive informações relativas a movimentos subversivos em países estrangeiros ou manifestações de condutas violentas ou guerrilhas;

17 Quanto a S. Excia, o governador Nelson Rockefeller, não publicar, de maneira alguma, notícias sobre atos hostis ao ilustre visitante, em nenhum país da América Latina, ou referentes ao adiamento ou cancelamento de sua visita. Não estampar fotografias de manifestações que lhe sejam hostis. Colaborar por todos os meios, para que se crie um clima favorável a sua estada entre nós. (Abreu, 2000:46).

No entanto, houve um período em que nem mesmo a censura conseguiu manter de fora das manchetes dos grandes veículos de imprensa as ações armadas realizadas por militantes de esquerda entre 1968 e 1974, sobretudo, os seqüestros de diplomatas estrangeiros que, sem dúvida, mereceram maior destaque. Ocupando as principais manchetes do dia, tais ações convertiam-se, algumas vezes, em capas de revista, por vários dias até o seu desfecho final. E a explicação para tanta visibilidade dos guerrilheiros é o aspecto inédito de suas ações, já que o país não assistira a raptos políticos deste vulto em toda a sua história. É clara a dimensão política do ato, na medida em que envolveu representantes de governos estrangeiros.

João Batista de Abreu (2000: 217) investigou que, ao contrário de outros grupos guerrilheiros da América Latina, os brasileiros não exigiam quantias em dinheiro para libertação dos diplomatas, realçando o caráter despojado e idealista dos grupos guerrilheiros. As ações traziam um significado que ultrapassava o mero ato do seqüestro, ganhando uma interpretação no terreno simbólico porque expunham de certa forma, os erros do regime militar que aparentava uma firmeza inatingível.

No que se refere ao seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, ocorrido em setembro de 1969, amplamente noticiado pela mídia brasileira, o *Jornal do Brasil*, de 05 de setembro de 1969, informava: “*Governo fixa hoje sua posição sobre o seqüestro*”, detalhando na chamada que os ministros das Relações Exteriores,

Magalhães Pinto, e da Justiça, Gama e Silva, divulgariam nota oficial conjunta sobre o assunto. A opção foi tratar o episódio como um fato já noticiado, partindo do princípio de que o leitor já tomara conhecimento do fato através das rádios e TVs. Assim, o jornal não descrevia com detalhes nem ação dos guerrilheiros e nem como analisava seus objetivos. A primeira manifestação oficial, noticiada pelo Jornal do Brasil, coube ao Itamarati, que divulgou nota oficial no mesmo dia classificando o seqüestro de “um ato de puro e simples terrorismo em detrimento do prestígio internacional do Brasil”. O jornal preferiu destacar em suas manchetes a posição do governo brasileiro, embora tenha dado um tratamento político ao seqüestro.

O jornal O Globo também ofereceu ao seu leitor a versão dita oficial, mas também deu uma conotação política ao seqüestro do embaixador. O assunto ocupou as páginas principais do 1º caderno, além de merecer chamadas em quase todos os dias:

Seqüestro e Terrorismo

O embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi raptado as 13 e 40 de ontem por terroristas, numa via pública do Rio de Janeiro, em Humaitá. Dois dos terroristas entraram no carro do embaixador, obrigando seu motorista a seguir por diversas ruas, e por fim retiraram o diplomata, obrigando-o a entrar em outro veículo. No carro da embaixada os terroristas deixaram um documento assinado pela Ação Libertadora Nacional e pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR-8. [...]. (O Globo, 1969: 11, grifo nosso).

Como a realidade que o jornal oferece é modalizada por um leque desigual de ofertas, principalmente numa sociedade autoritária em que grande parte da imprensa serve aos interesses dominantes, a construção de referências se dá também de forma desigual por parte do leitor. Mas, os seqüestros de embaixadores é um momento singular para as organizações clandestinas, pois elas tiveram um inédito acesso aos meios de comunicação através de seus comunicados dirigidos às autoridades ou diretamente à população. Foi um período fugaz, porém, estritamente rico.

Outras vezes, no entanto, alguns setores da imprensa optavam por tornarem-se veículos de divulgação da versão governista. A cobertura jornalística do O Globo sobre as dissidências armadas no Brasil, especialmente a ALN liderada por Carlos Marighella, mostra-nos claramente a opção pela versão oficial, ou seja, a dos militares. Além disso, o jornal preocupava-se em realizar um julgamento moral da luta armada do que noticiar o fato em si, imprimindo uma imagem negativa dos guerrilheiros. O resultado deste tipo de

publicação era, principalmente, a criminalização dos atos políticos, como podemos comprovar na reportagem abaixo:

Bando Armado toma rádio de assalto
Metralhadoras e revólveres garantiram ontem a tomada dos transmissores da Rádio Nacional de São Paulo, numa ação de 25 minutos sob o comando pessoal de Marighella e Lamarca, à frente de um bando de dez terroristas, cinco ainda não identificados. Na voz de Marighella, uma mensagem de desordem e ofensa às autoridades foi irradiada durante 15 minutos, e parcialmente repetida antes que a emissora pudesse ser retirada do ar. O ataque estava planejado há mais de seis meses, e a polícia sabia. (O Globo, 1969: 12, grifo nosso).

Algumas palavras como subversivos, terroristas, ações antibrasileiras e anticristãs, ou frases do tipo “as sementes da subversão e do terror invadiram o Brasil” foram usadas largamente pelo jornal O Globo para denominar as ações e manifestos de Carlos Marighella. Embora O Globo e a grande imprensa em geral não apoiassem o discurso da esquerda descrita como radical chama a atenção à avaliação mais depreciativa por parte deste periódico, do que no Jornal do Brasil e Veja. Esse fato autoriza a caracterização de “direita” ao O Globo por se expressar abertamente contra uma ação de resistência à ditadura.

Na análise de Paolo Marconi, (1980: 132) ao contrário do O Globo, a censura esteve muito presente no Jornal do Brasil, que perdeu a concessão do canal de TV da antiga Tupi, para a Manchete e anos depois, durante o governo Geisel, sofreu boicote econômico com a retirada de toda a publicidade oficial, que representava uma boa fatia na receita da empresa. Os anúncios governamentais que já vinham paulatinamente escasseando, sumiram de vez quando o jornal criticou a política nuclear. Um exemplo: na edição do dia 11 de março de 1974, do seu principal concorrente, O Globo, contavam-se 16 páginas de editais e anúncios oficiais, no Jornal do Brasil, acredite, nenhuma.

O Jornal do Brasil foi um dos poucos órgãos censurados que teve a providência ou ordem documental e histórica de organizar um arquivo com centenas de proibições. Apesar de sua compilação sistemática ter sido iniciada muito tarde, só por volta de 1972, este jornal ao publicar o livro negro do JB, nos trouxe, sem dúvida alguma, um riquíssimo material para que pudéssemos avaliar a censura ocorrida em sua redação:

Não divulgar neste veículo de informação que o preso Fernando Marques Ferreira, vulgo Nando Branco, que chefiou fuga da penitenciária Lemos de Brito, foi baleado. (Proibição recebida pelo Jornal do Brasil em 06 de Maio de 1974). (Marconi, 1980:280).

De ordem superior, fica terminantemente proibida a divulgação através dos meios de comunicação social, de qualquer notícia relativa à greve de fome ou insubordinação de elementos presos. (Proibição recebida pelo Jornal do Brasil em 24 de Outubro de 1974). (Marconi, 1980:291).

Assim, por um lado não é difícil compreender as publicações, freqüentemente negativas, sobre a luta armada. Contudo, se analisarmos mais atentamente perceberemos no decorrer deste capítulo, por meio dos recortes das notícias, que mesmo com toda a mordaza, outros veículos de comunicação conseguiam informar com um pouco mais de imparcialidade do que O Globo. O Jornal do Brasil é um bom exemplo de um discurso jornalístico diferente, embora não apoiasse a luta armada, como poderemos notar nas reportagens descritas nas páginas seguintes.

O Jornal do Brasil ao publicar uma reportagem sobre a caçada que os militares montaram para prender Carlos Marighella, já no final de 1968, na mesma matéria aparece à ficha de Marighella fornecida pelo DOPS. Nesta reportagem a palavra terrorista não apareceu, o que era algo comum na imprensa denominar desse modo algum guerrilheiro, a palavra utilizada foi ex-deputado, lembrando ao leitor a sua condição anterior ao golpe, condição essa de um ex-político e não de alguém perigoso e desordeiro. O jornal apenas indicava que Marighella era chefe de uma quadrilha que assaltava bancos, mas claro, sem esclarecer ao leitor a sua condição política após o golpe e suas idéias. Certamente, a censura e o medo de represálias ajudaram para que a edição fosse tão desfavorável a Marighella.

General França deve chefiar em S. Paulo caça a Marighella.
O secretário de Segurança, General Luís de França Oliveira, deverá viajar nas próximas horas para o interior de São Paulo, a fim de chefiar a caçada ao ex-deputado comunista Carlos Marighella, apontado como chefe da quadrilha que assaltou o carro-pagador do IPEG.[...] (Jornal do Brasil, 1968: 10, grifo nosso).

O Globo ao noticiar a prisão de um guerrilheiro da ALN e desvendar quatro de seus aparelhos, onde os militantes se achavam escondidos da polícia, percebe-se, claramente, já na manchete do jornal, uma opinião que os desqualificava como opositores e políticos:

Estourados Mais Quatro Ninhos de Terroristas
No estouro do aparelho da subversão, as armas forma encontradas na geladeira. Em 24 horas de atividades ininterruptas, agentes do Exército e da polícia desmantelaram ao todo mais quatro ninhos do terrorismo. Copacabana, Tijuca e Flamengo, foram os bairros farejados. Na porta de um dos apartamentos, a advertência oficial: - Interditado pela Polícia do Exército. [...] Onze horas após o

estouro do aparelho 302, as autoridades do Exército e da polícia civil voltaram ao mesmo edifício, dirigindo-se ao apartamento 105 onde morava o rapaz barbudo, baixo e moreno, conhecido como Edilson. [...] Livros panfletos, documentos e um gravador foram apreendidos na geladeira. Revólveres, rifles e munições substituíram carnes, frutas, legumes e água gelada. O Volks de Edilson foi apreendido pelas autoridades, na frente do prédio. (O Globo, 1969: 12, grifo nosso).

Portanto, os discursos reproduzidos pela imprensa neste período, inspirados em conceitos da Doutrina de Segurança Nacional ou devido à ação da censura, ajudaram a criar um clima de aparente normalidade no país, despolitizando a população e desestimulando reações de grupos organizados. Poucas vezes o texto insinuava algum questionamento sobre as afirmações das autoridades. Nem sempre havia marcas gráficas como o uso de travessões, grifos, para estabelecer um distanciamento entre opinião e informação. Muitas vezes, as opiniões eram tratadas como discurso indireto livre, sem uso de aspas. Diretamente ou não, a grande imprensa acabou desempenhando o papel de aparelho ideológico do Estado. (Abreu, 2000: 140).

Outra questão relevante na imprensa fora o silêncio, ou seja, o não dito pelos jornais e também pela revista. O tipo mais freqüente de silêncio durante a ditadura fora à seleção de fontes, em que se privilegiou um enfoque ou algumas versões do fato. No caso do O Globo, a versão oficial fazia parte de seu noticiário, já o Jornal do Brasil absorvia a versão do governo de maneira mais restritiva.

Diferentemente do O Globo e até do Jornal do Brasil, a Veja fez o seu leitor conhecer um pouco da história das dissidências, proporcionou ao seu público a chance de conhecer seus líderes, seus desejos, anseios. Publicou fotos e fatos, mesmo denominando o golpe de “Revolução de 64”, e chamando os líderes de esquerda de terroristas, palavras obrigatórias na época, não deixou que quase nada escapasse ao seu leitor. Nesta pesquisa, portanto, esta revista converte-se em uma importante fonte, pois apresenta uma corrente de opinião que pouco se expressava por causa da pesada censura do governo militar. A Veja conseguiu dar um tratamento singular a ALN de Marighella, e à esquerda de um modo geral. Às vezes, mesmo tratando-os como terroristas, os jornalistas conseguiam retratar o objetivo da luta, e mesmo posicionando-se contra a ação guerrilheira, não deixavam de mencionar seus nomes. Claro que era um recurso difícil e perigoso, e não sabiam ao certo se os seus leitores

perceberiam as manobras de redação para embutir tais informações em seus textos. Um bom exemplo foi à publicação intitulada “*A Caçada*”, em que a reportagem informa que milhares de policiais estão à procura do líder comunista Marighella. A revista não o descreve como um bandido, e sim como um líder rápido, comunista exemplar, deputado baiano, e assim segue a reportagem:

[...] Onde estará Carlos Marighella? Estará treinando guerrilha, quase sexagenário, em algum ponto no interior do país? Muitas autoridades acham que isso é provável. Por isso, a caça sem trégua, a mobilização permanente contra o homem acusado de assaltar bancos para conseguir fundos que sustentem a guerrilha. Um Dom Quixote, dizem as esquerdas mais bem comportadas. Diz Osvaldo Peralva: “O mais completo stalinista brasileiro é Marighella, inteiramente frio, duro, obstinado e fisicamente muito corajoso. [...] Apesar de não ter completado seus estudos de engenharia, Marighella foi um aluno brilhante e numa ocasião fez uma prova na escola politécnica em versos”. (Revista Veja, 1968: 17, grifo nosso).

Em uma conjuntura extremamente difícil, com os militares no poder, estampar na capa de uma revista a foto de Carlos Marighella, mencionando seu ideário de luta, discorrendo o que era a ALN, não era nada comum nos anos de chumbo. Muito diferente do O Globo, e dentro dos limites que lhe foram impostos pelos censores, e conseqüentes perseguições, esta publicação conseguiu dar uma cobertura, digamos, mais justa, também mais próxima da realidade dos fatos, e não apoiando o regime militar.

Na edição de 13 de agosto de 1969 intitulada “*Os terroristas: quem são? Onde estão? Que querem?*”, a reportagem apresenta o grupo de Marighella de uma forma até então inédita, informando ao seu público que eles não compõem um simples grupo de assaltantes e que possuem posições políticas contrárias ao que fora estabelecido pelos generais. E assim descreveram as idéias e ações de Marighella:

[...] Num desses panfletos, datado do mês passado, Marighella afirma: “Todos os grupos revolucionários armados que estão lutando devem prosseguir com a guerrilha urbana, como temos feito sistematicamente até aqui, assaltando bancos, atacando quartéis, expropriando, intensificando o terrorismo de esquerda, justicando, seqüestrando, praticando em larga escala a sabotagem, para tornar desastrosas as circunstâncias em que o governo tem de agir. Este será o ano da guerrilha rural”. E recomenda: Expropriar os latifundiários, queimar suas plantações, matar seu gado para matar a fome dos famintos, invadir as terras, justicar os grileiros e os norte-americanos envolvidos com eles em compras de terras.[...]. (Revista Veja, 1969: 20, grifo nosso).

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

A revista também estampou em sua capa o problema da tortura que atingiam quase todos os que participaram da guerrilha. Uma das capas fora apreendida por determinação da polícia política. Era a edição de 10 de dezembro de 1969, e uma comunicação interna entre um diretor da Editora Abril e a redação, já em janeiro de 1970, revelou a repercussão no Planalto da revista Veja sobre torturas. A capa de enorme impacto era ilustrada por uma gravura retratando torturas medievais. O reforço na censura e nos cortes veio nas semanas seguintes à publicação.

Comunicação Interna Data: 21-01-70

Assunto: Contatos em Brasília

Confirmei, em todos os contatos mantidos, que o Presidente se encontra extremamente irritado com Veja. Esta e a TRIBUNA são os dois únicos órgãos censurados no país. (Http: www.vejaonline.com.br/exclusivo/ditaduramilitar)

A capa que não fora apreendida, intitulada “*O presidente não admite torturas*”, estampa uma foto da praça dos três poderes, onde figura a escultura da justiça, uma dama de olhos vendados, deixando clara a mensagem que o título estava contraditando com a foto de uma justiça que estava cega diante da tortura. A reportagem de dez páginas traz o depoimento do assessor do presidente Médici, e do Ministro da Justiça, que afirmam categoricamente, o fim do uso de métodos violentos contra os subversivos. Além disso, a Veja descreve uma entrevista de Marighella concedida a um jornalista belga, em que ele ameaça os latifundiários brasileiros. A revista tenta mais uma vez não trabalhar com apenas uma versão dos acontecimentos. Além de denunciar, ainda na foto da capa as torturas sofridas pelos guerrilheiros, num trecho da reportagem aparece a seguinte denúncia:

A maior parte dos advogados ouvidos por Veja disse que os casos de sevícias de que tomaram conhecimento “quase sempre morrem nas quatro paredes dos nossos escritórios”. As vítimas relatam o que sofreram, mas não tentam nenhuma ação judicial, seja por não conhecerem seus torturadores, seja por medo de represálias. “Muitos ficam traumatizados e procuram logo esquecer o que aconteceu”, comentou um advogado carioca. [...] As sevícias mais comuns que têm sido divulgadas pela imprensa européia – e que irritam profundamente o presidente da República, informado através do SNI – consistem na aplicação de choques elétricos em várias partes do corpo, inclusive órgãos genitais e até na língua. [...] Outra denúncias, finalmente, falam em mortes de presos por “suicídios” simulados. [...] (Veja, 1969:22 e 23, grifo nosso).

Num relato de Mino Carta, ainda diretor da revista, este episódio sobre as capas de Veja denunciando a tortura nos relata a punição sofrida pela revista ao tentar discutir um assunto altamente proibido pelos generais:

Aí surgiu a censura na revista. Até naquele momento estávamos no circuito de bilhetinhos, que nem sempre nos alcançavam, com se deduz desse episódio. A partir desse fato passamos a ter censura na revista, inicialmente exercida por militares. A ordem que tinham era de censurar apenas a parte política e não a revista toda.[...]. (Marconi, 1980: 86).

Apesar de ser taxado como terrorista em várias edições, ao mesmo tempo em que era lembrado como ex-deputado, a *Veja* fez uma cobertura sobre o tema sem apoiar o regime militar. Concordando ou não com as idéias do ex-líder da ALN, procurou expor os fatos, apesar da censura e dos constantes bilhetinhos que a redação recebia. É claro, que a revista não possuía uma convicção de esquerda revolucionária, mas de longe fora o veículo de informação escrita, se comparado ao *Globo* e ao *Jornal do Brasil*, que mais noticiou a ação guerrilheira e o combate de seus líderes.

CONCLUSÃO

Nos anos de autoritarismo, a circulação de notícias, assim como de idéias, era muito restrita, portanto, a realidade parcial e censurada oferecida pelos generais teve mais chance de ser absorvida. Era um quadro hegemônico que anulava o contraste, o diferente, e isso fazia parte do discurso jornalístico, mas que infelizmente não esteve presente, na maioria das vezes, nos jornais e revistas, não só por causa da censura, mas também porque não eram bem aceitas pelos leitores.

A crítica ficou quase sempre ao encargo do jornalismo alternativo que desafiava a censura, mas pagava um preço alto pela insubordinação. A grande imprensa, mesmo que discordasse das restrições à liberdade dos meios de comunicação, adotou uma postura bem comportada, mesmo deixando mensagens de desagrado nas entrelinhas de sua matéria, como a *Veja*, ou aderiu ao regime militar, como o fez nitidamente *O Globo*.

Com a imprensa amordaçada, o governo logrou êxito em criar uma caracterização negativa da luta armada, e isto antecedeu a censura. Expressões como terrorista, terror, bando, apareceram no noticiário antes de dezembro de 1968, ou seja, antes da instituição do AI-5. Ficou evidente também que a censura não foi à única responsável pelo silêncio. Havia o lado comercial da imprensa, que oferecia ao regime uma das maneiras de pressionar: como auditorias, suspensão de anúncios do governo, pressão sobre anunciantes e gráficas, etc.

Assim, as notícias eram tratadas como material controlado, não como um bem público ou um produto da esfera pública. As notícias pertenciam ao Estado e eram compartilhadas a seu critério. A sociedade absorveu na esmagadora maioria das vezes apenas a versão oficial dada pelos militares.

A imprensa não conseguiu cumprir o seu papel para que o leitor pudesse ver o mundo, dentro das limitações próprias de qualquer meio de comunicação. O texto, a foto, neste caso publicadas por Veja, e a edição compuseram um rico instrumento de persuasão, de manipulação, sobre grande parte da sociedade brasileira entre final da década de 1960 e início de 1970. Portanto, os jornais ajudaram a construir a imagem de um Brasil que era tricampeão mundial de futebol, onde havia o “milagre econômico”. Era uma imagem de riqueza e esperança, como bem gostava de divulgar nos famosos slogans que o governo militar criou: “Brasil: ame-o ou deixe-o”. Mas que varria para debaixo do tapete os seus problemas e principalmente os seus opositores. A mordaza que atingiu a imprensa contribuiu com tudo isso pelo que informavam e, principalmente, pelo que não informavam. É claro, que não se pode ignorar a ação da censura, mas ela não fora à única responsável.

O Globo, O Jornal do Brasil e a Veja aqui representaram a imprensa censurada, amordaçada, contrária, a favor, perseguida, enfim cada veículo de comunicação informou e se expôs de um modo diferente. Veja e o Jornal do Brasil apesar de não apoiarem a luta armada em suas publicações procuraram noticiar sem condenar os guerrilheiros ou apoiar o governo militar. A revista com um tom mais provocativo e crítico, o jornal de forma mais sutil preferiu chamar Carlos Marighella de ex-deputado e não de terrorista, numa clara intenção em dar a notícia e não julgar os seus atos.

Ainda hoje, o uso dos meios de comunicação nos processos de dominação de classe vem consistindo, nas sociedades modernas, num fator de considerável importância, principalmente devido ao desenvolvimento técnico desses meios e a conseqüente ampliação de seu alcance junto à sociedade. A literatura a respeito demonstra que a imprensa, na maioria das vezes, é parcial ao noticiar os fatos. De modo geral, os meios de comunicação assumiram a tarefa de ajustar a massa ao *status quo* social e político.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

Chegamos então a uma constatação: o poder político aliado ao poder econômico é um poder absoluto e todas as empresas jornalísticas brasileiras estão e estiveram submetidas a esse regime. Todas. Não que a imprensa brasileira não tenha se manifestado a favor de sua independência, não tivessem espírito de luta, mas isso até o ponto de não cometerem suicídio.

Portanto, a oferta da realidade foi parcial, truncada, contraditória a respeito da luta travada entre guerrilheiros da ALN e os militares, contribuindo para que os opositores fossem julgados e condenados publicamente. Deste modo à lembrança ainda recente da ditadura deve nos alertar exatamente para o que significa a imposição de um modelo único, da censura e de sua interiorização, do controle contínuo sobre a vida de todos e de cada um.

REFERÊNCIAS

Obra Completa:

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

AQUINO, Maria Aparecida de. et al (Org.) **Em busca do crime político: família 50**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

CHRISTO, Carlo Alberto Libânio. (Frei Betto). **Batismo de sangue: os dominicanos e a morte de Carlos Marighella**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. **Mulheres, militância e memória: histórias de vida, histórias de sobrevivência**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GASPARI, Élio. **A Ditadura Escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada.** São Paulo: Editora Ática, 1987.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978).** São Paulo: Global Editora, 1980.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. **Brasil: nunca mais: um relato para a história.** Prefácio de Dom Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. (Orgs.) **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **Fantasma da Revolução Brasileira.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro.** Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SMITH, Anne-Marie. **Um acordo formado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Capítulo da Obra:

ALVES, Maria Helena Moreira. **O Estado e Oposição no Brasil (1964-1985).** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

BARROS, Edgar Luis de. **Os Governos Militares.** São Paulo: Contexto, 1991.

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 5ª edição. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

CHIAVENATO, Júlio José. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Editora Moderna, 1994.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FON, Antônio Carlos. **Tortura: A história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1981.

HABERT, Nadine. **A Década de 70. Apogeu e Crise da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo: Atica, 1992.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada: memórias romanceadas**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro**. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SADER, Emir. **O Poder, cadê o poder? : ensaios para uma nova esquerda**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Tradução: Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

Jornais e Revista:

Revista Agora, Vitória, n. 6, 2007, p. 1-27.

A CAÇADA. **Revista Veja**, São Paulo, nº 11, nov. 1968.

BANDO armado toma rádio de assalto. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 ago. 1969.

ESTOURADOS mais quatro ninhos de terroristas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 1969.

GENERAL França deve chefiar em São Paulo caça a Marighella. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 nov. 1968.

GOVERNO fixa hoje sua posição sobre o seqüestro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro 05 set. 1969.

OS TERRORISTAS: Quem são? Onde estão? Que querem? **Revista Veja**, São Paulo, nº 49, ago. 1969.

O PRESIDENTE não admite torturas. **Revista Veja**, São Paulo, nº 65, dez. 1969.

SEQÜESTRO e terrorismo. **O Globo**. Rio de Janeiro, 05 set. 1969.

Sites:

Disponível em: <Http: www.vejaonline.com.br/exclusivo/ditaduramilitar> Acesso em: 03 de janeiro de 2007.